



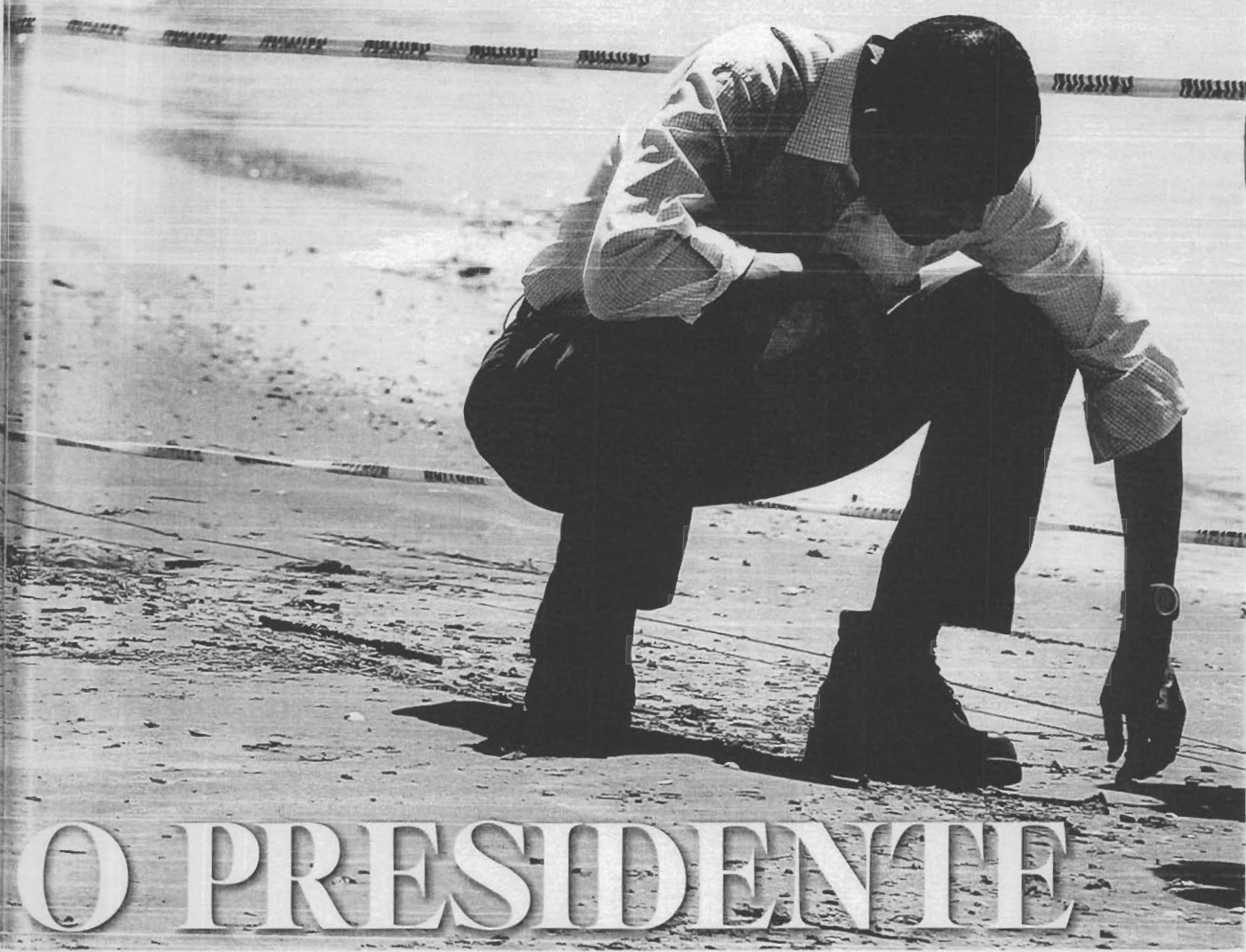
O VAZAMENTO, O ESCÂNDALO E

Como Barack Obama não conseguiu ser linha-dura com a corrupção dos anos Bush - e deixou a petrolífera mais perigosa do mundo sair imune
Por Tim Dickinson

EM 27 DE MAIO, MAIS DE UM MÊS DEPOIS do pior desastre ambiental da história dos Estados Unidos, Barack Obama caminhou até o pódio na Ala Leste da Casa Branca. Durante semanas, o governo tinha insistido que a britânica BP (British Petroleum), a terceira maior companhia mundial de energia global, era a única culpada pelo vazamento catastrófico de petróleo no Golfo do México - e pela contínua incapacidade de interromper o imenso derramamento. "Eles têm a experiência técnica para tapar o buraco", havia afirmado Robert Gibbs, porta-voz da Casa Branca, apenas seis dias antes. O presidente Obama, Gibbs acrescentou, não tinha autoridade para desempenhar nenhum papel além da supervisão.

Só que agora o presidente estava repentinamente assumindo o comando do esforço de limpeza. Reconheceu que seu governo não tinha conseguido reformar adequadamente o Minerals Management Service (*Serviço de Gestão de Minerais*), a agência federal enterrada em escândalos que, durante anos, permitiu que a indústria petrolífera se autorregulasse. "Assumo totalmente a responsabilidade por isso." Ele disse também que havia acreditado demais nas gigantes do petróleo. Divulgou uma comissão presidencial para investigar o desastre, discutiu a demissão do chefe do MMS e estendeu uma moratória para novas perfurações em águas profundas. O que não parou foi o derramamento. Horas antes da coletiva de imprensa, uma mancha nefasta de petróleo de dez quilômetros de largura por 35,5 quilômetros de comprimento

CRUEL DESPERTAR
Obama verifica o estrago do
vazamento causado pela BP
na costa da Louisiana, em
28 de maio de 2010



O PRESIDENTE

foi descoberta indo na direção da Baía Móvel da fonte da BP perto dos destroços de sua plataforma Deepwater Horizon. As praias da Louisiana foram tomadas por bolhas de petróleo que começaram a se infiltrar por baixo da areia. Hectares de pântano na área Bird's Foot (pé de pássaro), onde o Mississippi se encontra com o Golfo, ficaram empocalhados com petróleo cru – uma sentença de morte para os pantanais que servem de berço para uma boa parte da vida marinha essencial da região.

O desastre no Golfo foi antecipado por amplas advertências, mas a Casa Branca as ignorou. Em vez de ser linha-dura com o MMS, Obama manteve em seu governo muitos dos principais executivos que supervisionavam a cultura de corrupção da agência. Deixou que ela permitisse operações perigosas de perfuração

pela BP – uma companhia com o pior registro de segurança de qualquer petrolífera – com praticamente nenhuma salvaguarda ambiental, utilizando regulamentos favoráveis ao setor elaborados durante os anos Bush. Calibrou sua resposta ao vazamento no Golfo com base em estimativas incorretas e enganadoras da BP – e, depois, alocou seus principais auxiliares para subestimar a taxa de vazão a risíveis 5 mil barris por dia, muito depois de os melhores cálculos terem deixado claro que essa catástrofe superaria a do [navio petroleiro] Exxon Valdez, no Alasca, em 1989.

Mesmo depois da coletiva de imprensa do presidente, a *Rolling Stone* descobriu, o governo sabia que o vazamento poderia ser muito pior do que sua “melhor estimativa” reconhecia. No mesmo dia, o Grupo Técnico de Taxa de

Vazão do presidente – uma equipe de cientistas encarregada de estabelecer a dimensão do derramamento – anunciou uma nova estimativa de 12 mil a 25 mil barris, com base nos cálculos do vídeo da mancha. Na verdade, de acordo com entrevistas com membros da equipe e cientistas familiarizados com seu trabalho, esse número representa a estimativa mínima do grupo da mancha. A faixa superior não foi incluída no relatório porque os cientistas que analisavam a vazão não conseguiram chegar a um consenso sobre o quão ruim ela poderia ser.

Obama anunciou uma “moratória” para perfurações, mas ela não faz muito para evitar futuros desastres. A proibição interrompe perfurações exploratórias em apenas 33 operações em águas profundas, desativando menos de 1% do total de poços no Golfo. O Secretário

do Interior, Ken Salazar, executivo no nível do Gabinete indicado por Obama para controlar o setor petrolífero, alega que "a moratória não afetará a produção" – que continua em 5.106 poços no Golfo, incluindo 591 em águas profundas.

O mais perturbador de tudo é que o governo Obama permitiu que a BP continuasse a produção no fundo do mar na plataforma Atlantis – uma das maiores do mundo. Capaz de extrair 200 mil barris por dia do fundo do mar, a Atlantis está localizada a apenas 240 quilômetros da costa da Louisiana, em águas quase 609,5 metros mais profundas do que a BP perfurou na Deepwater Horizon. De acordo com documentos do Congresso, a plataforma não tem a certificação de engenharia necessária para até 90% de seus componentes submarinos – uma falha que, documentos internos da BP revelam, poderia levar a erros "catastróficos".

É tentador acreditar que o vazamento no Golfo, como tantos desastres herdados por Obama, foi culpa do empresário texano do petróleo que o antecedeu no cargo. Só que, embora George W. Bush tenha aberto o caminho para a catástrofe, foi Obama quem autorizou a BP a perfurar. "Bush é responsável por oito anos da bagunça", diz Darrell Issa, congressista republicano da Califórnia. "Mas, depois de mais de um ano no cargo, Salazar também é responsável." Durante a era Bush, o Minerals Management Service, a agência no Departamento de Interior encarregada de proteger contra as destruições

SALAZAR ASSUMIU A SECRETARIA EM JANEIRO de 2009, jurando recuperar seu "respeito pela integridade científica". Seus primeiros movimentos criaram a impressão de que ele falava sério. Dias após assumir o cargo, ele se livrou do plano do governo Bush de abrir 300 milhões de acres – no Alasca, no Golfo e nos dois litorais – a perfurações em alto-mar. Ao ser entrevistado pela *Rolling Stone* em março de 2009, o secretário falou: "Embarcamos em uma pauta ambiciosa para limpar a bagunça", insistiu. Mas Salazar pouco fez para impedir a ilegalidade no MMS, além de denunciar alguns funcionários por perseguição criminal e encerrar um programa da era Bush que permitia que companhias petrolíferas fizessem seus pagamentos de "royalties" – a quantia que devem aos contribuintes por extrair um recurso público escasso – não em dinheiro, mas em petróleo cru. Em vez de frear as novas perfurações em alto-mar, Salazar as acelerou. Embora tenha acabado com o plano de Bush, Salazar colocou 53 milhões de acres em alto-mar para arrendamento no Golfo só em seu primeiro ano. O arrendamento agressivo não surpreendeu, devido à trajetória de Salazar. "Ele tem uma história muito longa de promoção de perfuração de petróleo em alto-mar – é do que gosta", afirma Kieran Suckling, diretor executivo do Center for Biological Diversity (Centro pela Diversidade Biológica). Salazar foi bem menos agressivo quando se tratou de cumprir sua promessa

a solução" para tal catástrofe. "O verdadeiro teste virá se houver um vazamento em mar profundo."

Entra o governo Bush. Em vez de ouvir tais advertências, o MMS simplesmente assumiu que um grande derramamento não seria possível. "Houve uma falha total de ao menos considerar a possibilidade de um desastre como o que aconteceu no Golfo", afirma Holly Doremus, especialista em direito ambiental na Universidade da Califórnia. "No raciocínio deles, um grande derramamento seria algo como 5 mil barris, e o petróleo nem chegaria ao litoral." Na realidade, o MMS tinha poucas maneiras de avaliar o risco para a vida selvagem, pois uma nova política instituída no governo Bush eliminou análises ambientais e acelerou licenças. O absurdo da política foi mais evidente na inscrição que a BP enviou para o poço Deepwater Horizon apenas dois meses depois de Obama assumir a presidência. A BP alega que um vazamento é "improvável" e declara que não prevê "nenhum impacto adverso" à vida selvagem ameaçada ou a áreas de pesca. Se um derramamento ocorrer, afirma, "nenhum impacto adverso significativo é esperado" para as praias, pântanos e aves que fazem ninhos no litoral da região. A companhia, observando que tais elementos "não são exigidos" como parte da inscrição, não inclui nenhum cenário para um possível vazamento, nem um plano específico ao local para reagir a ele. Em vez disso, cita um Plano de Reação a Vazamento de Petróleo que havia preparado para toda a região do Golfo. O documento tinha erros gritantes e

A BP NÃO RECEBEU NENHUMA DAS 761 INTIMAÇÕES EMITIDAS CONTRA REFINADORES DE PETRÓLEO QUE COMETERAM VIOLAÇÕES DE SEGURANÇA

ambientais da perfuração, decaiu para criminalidade pura. De acordo com relatórios do inspetor-geral do Interior, funcionários do MMS tinham um relacionamento escuso com a indústria petrolífera. Quando não se juntavam a funcionários do setor para festas regadas a cocaína ou viagens a chalés de esquí corporativos, faziam sexo com executivos de companhias petrolíferas. E foram os contribuintes norte-americanos e o meio ambiente que se deram mal com essa relação. Gerentes do MMS recebiam bônus em dinheiro para aprovar arrendamentos arriscados em alto-mar, auditores recebiam ordens para não investigar acordos escusos e funcionários de segurança rotineiramente aceitavam presentes do setor, supostamente permitindo até que petrolíferas preenchessem seus próprios relatórios de inspeção a lápis antes de passar a limpo.

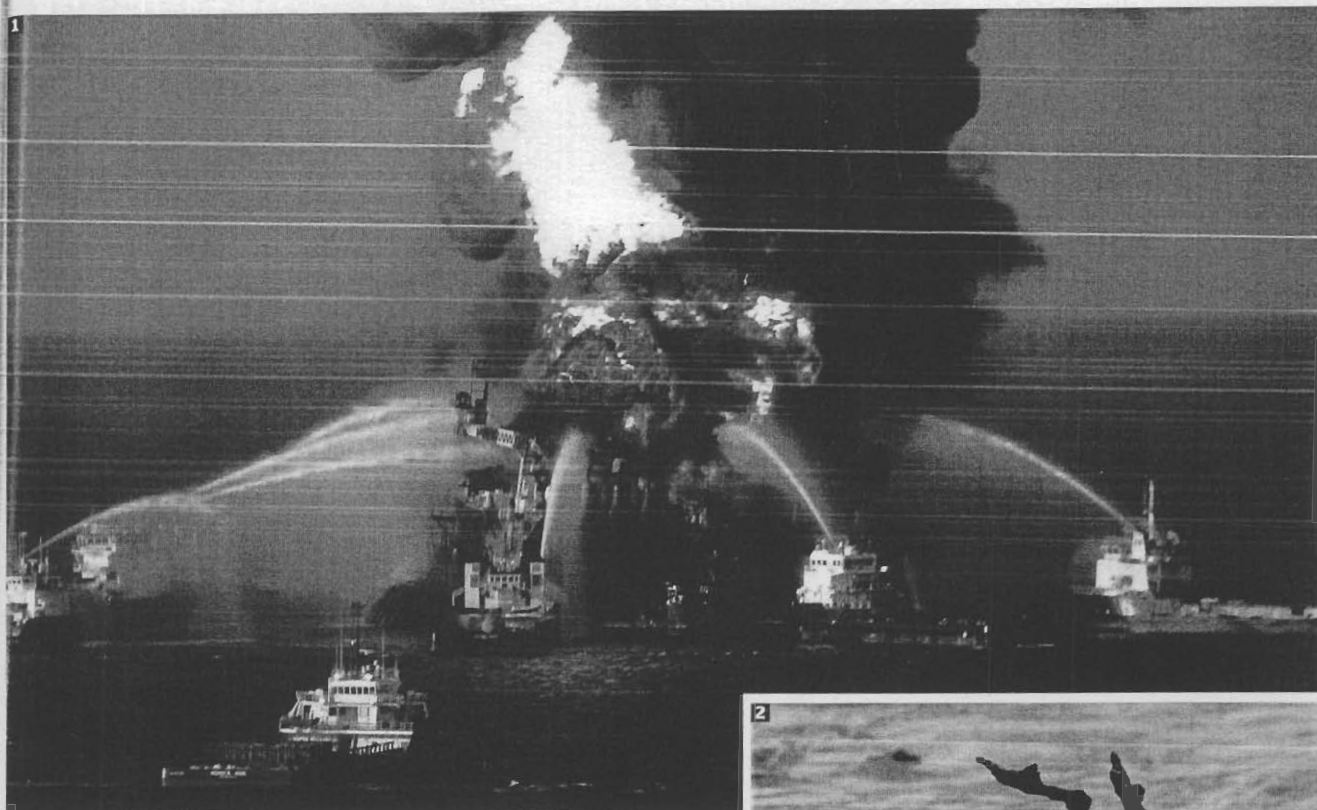
O próprio Salazar trabalhou bastante para dar a impressão de que a "administração anterior" era a culpada pela catástrofe, mas, na realidade, o governo Obama estava totalmente ciente da necessidade de corrigir os lapsos no MMS que levaram diretamente ao desastre no Golfo. Na verdade, Obama nomeou especificamente Salazar – seu "grande" e "querido" amigo – para forçar o departamento a "se limpar". Por tempo demais, Obama declarou, a Secretaria do Interior tem sido "vista como um cabide de interesses comerciais" em vez de servir ao povo. "Isso mudará com Ken Salazar."

de consertar o MMS, deixando lacaios de longa data do setor petroleiro no comando.

A história do desastre do Horizon em águas profundas é, em sua essência, uma história de duas válvulas de fechamento de emergência: uma mecânica e outra regulatória. A regulatória falhou muito antes de a BP começar a perfurar – precisamente porque Salazar manteve em vigor as diretrizes ambientais escusas que o governo Bush implementou para favorecer a indústria petrolífera. O MMS sabia perfeitamente dos piores cenários possíveis para explosões de petróleo em águas profundas há mais de uma década. Em maio de 2000, uma avaliação ambiental para perfurações em mar profundo no Golfo alertou de forma premonitória que "as reações a derramamentos podem ser complicadas pelo potencial de vazamentos de grande magnitude". O relatório observou que a indústria petrolífera "estimou os piores volumes de vazamento entre 5 mil e 116 mil barris por dia por 120 dias", e até antecipou as manchas submarinas de petróleo que atualmente assustam o Golfo. No mesmo mês, um documento de pesquisa do MMS desenvolvido com perfuradores de águas profundas – incluindo a empresa então conhecida como BP Amoco – advertiu que tal derramamento poderia significar o fim das operações em alto-mar. O setor "mal poderia aguentar um vazamento em águas profundas", alerta o documento, acrescentando que "nenhuma empresa tem

expõe o "plano" de resposta de 582 páginas como nada além de um exercício de papelada. Cientistas como Rick Steiner, professor aposentado de Ciências Marinhas na Universidade do Alasca, tentaram urgentemente alertar Obama sobre a profundidade da podridão no MMS. "Conversei com a equipe de transição", conta Steiner. "Falei que o MMS era um desastre e precisava ser reformulado seriamente." Uma reestruturação de cima para baixo do MMS não precisava de nada além da vontade de Ken Salazar: a agência só existe por ordem do secretário de Interior. Embora Salazar soubesse que os riscos ambientais da perfuração em alto-mar tinham sido encobertos sob o governo Bush, falhou ao não pedir novas avaliações.

Sob Salazar, o MMS continuou emitindo permissões especiais a empresas como a BP, mesmo quando elas não tinham as licenças necessárias para proteger espécies ameaçadas. Se o MMS tivesse obedecido à lei, nunca teria concedido à BP permissão categórica – aplicável apenas a atividades que "não têm nenhum efeito significativo sobre o ambiente humano". Em uma audiência recente, o senador Sheldon Whitehouse questionou Salazar sobre o manual de permissões categóricas da secretaria, que barra sua emissão para projetos em alto-mar em "águas profundas relativamente não testadas" ou "com o uso de tecnologias novas ou incomuns" – padrões que Whitehouse chamou de "simplesmente pertinentes" para



O INIMIGO ESTÁ NA PRAIA

O fracasso do governo norte-americano em deter o vazamento que devastou a costa do Golfo; 1. Barcos lutam em 21 de abril para conter a explosão acontecida um dia antes no poço da BP Deepwater Horizon e que matou 11 trabalhadores. 2. Um pássaro coberto de petróleo na costa da Louisiana. 3. O petróleo invade os ninhos de centenas de pelicanos na Baía Barataria

a plataforma da BP. "Ao meu ver, é difícil entender que essa determinação poderia ter sido feita de boa fé", disse Whitehouse, observando que a tarefa monstruosamente complexa de procurar petróleo 1,5 quilômetros abaixo da superfície do oceano pareceu ter recebido menos supervisão do que a exigida para que norte-americanos comuns trocassem a fiação de suas casas. "Quem estava observando?", perguntou. Não o secretário do Interior: Salazar nem garantiu que o MMS tinha um manual escrito - exigido de acordo com as próprias regras da secretaria - para conformidade com leis ambientais. De acordo com uma investigação feita em março pelo Government Accountability Office (*Escritório de Responsabilidade*

Governamental), os gestores do MMS se fiavam, em vez disso, em "conhecimento institucional" informal - passado pelo governo Bush. A única orientação por escrito apareceu em um site que só fornecia, de acordo com o relatório, "um parágrafo sobre avaliação de impactos ambientais sobre atividades de petróleo e gás, não instruções detalhadas que poderiam conduzir um analista pelo processo de elaboração de avaliação ambiental ou declaração de impacto ambiental".

"As pessoas estão sendo muito cautelosas, não apontando o dedo para Salazar e Obama", diz o congressista Raul Grijalva, que supervisiona a Secretaria do Interior como chefe do subcomitê de terras públicas do Congresso. "Mas

o ponto problemático é que a administração sabia que tinha esse problema no meio do processo sobre perfuração em alto-mar - mas permitiu que uma agência já desacreditada e desgraçada fosse basicamente responsável." Em 6 de abril do ano passado, menos de um mês depois de a BP enviar sua inscrição, o MMS deu à gigante petrolífera aprovação para perfurar no Golfo sem uma análise ambiental abrangente. A aprovação, de uma página, não impôs restrições à empresa, emitindo apenas uma leve sugestão que provaria ser premonitória: "Tenha cuidado quando perfurar, devido a indicações de gás superficial". A BP é a última empresa petrolífera no mundo que Salazar e MMS deveriam ter permitido se autorregular.

A companhia está envolvida em cada um dos piores desastres com petróleo na história dos Estados Unidos, desde os tempos do Exxon Valdez. Na época, a BP liderava o consórcio do setor que atrapalhou a reação de limpeza ao Valdez durante as fatídicas primeiras horas do vazamento, quando o pior dano ocorreu. Equipamentos essenciais estavam enterrados na neve, não havia nenhum navio de limpeza de reserva e nenhuma barca de contenção estava disponível para coibir o petróleo da superfície. A Exxon, reconhecendo o que ainda parece iludir o governo Obama, rapidamente colocou a BP de lado e assumiu o controle do vazamento. Em março de 2006, a BP foi responsável pela ruptura de uma tubulação no Alasca que derramou mais de 250 mil galões de petróleo cru na Baía de Prudhoe – na época, o derrame só foi menor que o desastre do Valdez. Investigadores notaram que a BP havia repetidamente ignorado advertências internas sobre corrosões causadas por cortes de custos “draconianos”. A empresa acabou se dando bem no vazamento: embora a EPA (Agência de Proteção Ambiental) tivesse recomendado que a firma pagasse até US\$ 672 milhões em multas, o governo Bush permitiu que ela fizesse um acordo para pagar apenas US\$ 20 milhões.

A BP, é importante notar, é mais um banco que financia a exploração de petróleo (e menos uma empresa petrolífera). Diferentemente da Exxon-Mobil, que é dona da maioria dos equipamentos que utiliza em perfuração, a BP contrata praticamente tudo. Isso inclui a plataforma

alto-mar fora do Golfo que havia sido implementada por seu pai após o Exxon Valdez. Na campanha presidencial, Obama havia destacado que as perfurações “não farão uma diferença real nos preços atuais dos combustíveis nem enfrentarão o desafio de longo prazo de independência energética”. Mas, quando assumiu o cargo, ele se curvou à política do “perfure, querido”. Esperando usar o petróleo como uma moeda de barganha para ganhar votos para a legislação climática no Congresso, Obama revelou uma pressão agressiva para novas perfurações em alto-mar no Ártico, na costa sudeste e em novas águas no Golfo – mais perto da Flórida do que nunca. Ao fazer isso, ignorou os principais especialistas de seu governo sobre ciência oceânica, que advertiram que o plano para alto-mar desprezava os riscos de um vazamento de petróleo, e pediu a Salazar para isentar o Ártico de perfurações até a realização de mais estudos científicos.

Sem recuar, Obama e Salazar apareceram juntos na Base da Força Aérea Andrews em 31 de março para apresentar o plano. A ambientação estava totalmente no estilo (Karl) Rove em seu patriotismo militarista colorido. O púlpito do presidente foi montado na frente do cockpit de um F-18, enfeitado com uma imensa bandeira dos Estados Unidos. “Não estamos aqui para fazer o que é fácil”, declarou Salazar. “Estamos aqui para fazer o que é certo.” Ele insistiu que suas reformas no MMS estavam funcionando: “Estamos tomando decisões com base em informações confiáveis e ciência sólida”. O presidente, por sua vez, elogiou Salazar como “um dos melhores

A BP FICOU CONHECIDA POR PROMOVER CORTES DE GASTOS DESNECESSÁRIOS E ELABORAR PLANOS DE SEGURANÇA SEM EFICIÊNCIA

Deepwater Horizon, arrendada de uma empresa chamada Transocean. A BP poupou US\$ 500 mil de suas despesas gerais ao implantar uma válvula de fechamento de emergência sem gatilho por controle remoto – uma medida à prova de falhas exigida em muitos países, mas não ordenada pelo MMS, graças ao intenso lobby do setor. Ela optou por utilizar tubos simples de parede única para o poço e instalou apenas seis dos 21 espaçadores de cimento recomendados por sua empreiteira, a Halliburton – decisões que aumentaram consideravelmente o risco de um vazamento grave. A empresa também economizou em testes cruciais que poderiam ter demonstrado onde gás explosivo estava entrando no sistema enquanto este era cimentado, e começou a remover tudo que protegia o poço muito antes de ele ser vedado com tampões de cimento. Enquanto a BP aparava arestas a bordo da plataforma, o governo Obama estava elaborando a maior expansão de perfurações em alto-mar em meio século. Em 2008, enquanto os preços na bomba chegavam a quase US\$ 5 por 3,7 litros (um galão) de combustível, o presidente Bush cancelava uma moratória executiva sobre perfurações em

secretários do Interior que já tivemos” e reforçou que sua administração havia estudado o plano de perfuração por mais de um ano. “Esta não foi uma decisão que tomei levemente”, afirmou. Dois dias depois, deu uma garantia ainda mais arrebatadora: “Eles estão muito avançados tecnologicamente”. Dezoito dias depois, na véspera do 40º aniversário do Dia da Terra, a plataforma Deepwater Horizon explodiu como uma bomba.

DESDE O INÍCIO DE SUAS OPERAÇÕES NO GOLFO, a BP se vê lutando contra “chutes” poderosos do acúmulo de gás, como o MMS havia advertido. Em 20 de abril, o metano acumulado explodiu em uma bola de fogo que incinerou 11 trabalhadores. A plataforma de meio bilhão de dólares – com 32 mil toneladas e 30 andares de altura – tombou e afundou dois dias depois, levando 1,5 quilômetros de tubos consigo. Em questão de horas, o governo montou uma equipe de reação na “sala de guerra” da National Oceanographic and Atmospheric Administration (Administração Oceanográfica e Atmosférica Nacional),

em Seattle. A cena, capturada por um câmera da NOAA e brevemente exibida no website da agência, oferece uma visão notável do envolvimento do governo nas primeiras horas após a catástrofe e, o mais perturbador, da função dos principais figurões executivos em menosprezar seu escopo horripilante. Na mesma noite, a Casa Branca se preparava para uma resposta urgente. O presidente convocou uma reunião de emergência na Sala Oval com o almirante Thad Allen, a secretária de Segurança Interna Janet Napolitano, o secretário do Interior Ken Salazar e os principais conselheiros da Casa Branca, Rahm Emanuel, Carol Browner e Larry Summers. Obama vigorosamente instruiu sua equipe que a reação ao vazamento de óleo deveria ser tratada como “prioridade número 1”. No dia seguinte, a Guarda Costeira – com base em garantias da BP – declarou que o vazamento parecia limitado a óleo armazenado a bordo da plataforma afundada. Com a pior crise aparentemente evitada, Obama se desligou, partindo para um fim de semana prolongado em Asheville, Carolina do Norte. Indagado se o vazamento atrapalharia a pauta de perfuração em alto-mar do presidente, o porta-

PRETO E AZUL
Vista aérea do Golfo
do México: desastre é
considerado o pior da
história dos Estados Unidos

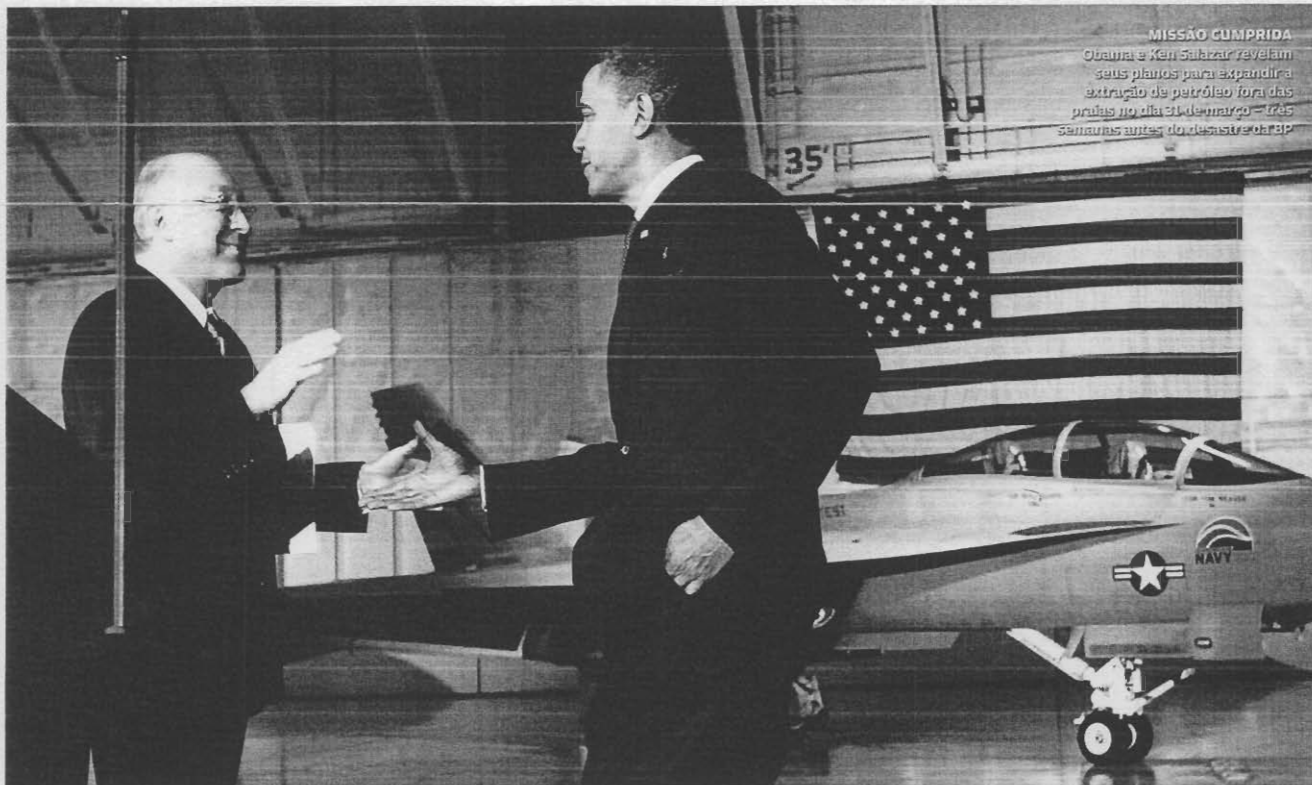
voz Gibbs fez pouco caso do desastre. "Honestamente, não acho que abra uma nova série de perguntas", afirmou. "Duvido que esse seja o primeiro acidente a ter acontecido e que será o último."

Desde o começo, o governo pareceu disposto a permitir que a BP operasse em segredo quase total. Uma boa parte do que o público sabe sobre a crise deve-se ao congressista Ed Markey, que comanda o Subcomitê de Energia e Meio Ambiente do Congresso. Sob pressão dele, a BP foi forçada a liberar imagens do derramamento, admitir que suas iniciativas iniciais eram de um vazamento de até 14 mil barris por dia e publicar uma transmissão de suas operações submarinhas na internet – um vídeo que oficiais do governo tinham em mãos desde os primeiros dias do desastre. "Não podemos confiar na BP", afirmou Markey. "Está claro que ela está escondendo as consequências reais desse vazamento." Mas, em vez de aplicar tal ceticismo à conta da BP, o governo Obama atacou cientistas que fizeram estimativas independentes sobre o derramamento. Quando um cientista financiado pela NOAA (Administração

Oceânica e Atmosférica Nacional) divulgou um número muito mais alto do que a estimativa do governo, viu-se sendo pressionado por oficiais na agência a se retratar. "Tem certeza de que quer continuar dizendo isso?", ameaçaram. Lubchenko, chefe da NOAA, até denunciou como "enganadores" e "prematurados" os relatórios de que cientistas a bordo do navio de pesquisas Pelican haviam descoberto uma imensa mancha de petróleo submarina. Falando para o canal PBS, ela ofereceu uma negação bizarra do óbvio. "Está claro que há algo nas profundezas", disse. "Mas ainda nem sabemos se é petróleo." Cientistas ficaram abismados com o fato de que a NOAA, uma agência respeitada por sua integridade científica, aparentemente tinha sido assumida pela máquina de distorção da Casa Branca. "A NOAA tem ativamente negado cada fato divulgado", afirma um cientista oceânico que trabalha com a agência. "Está negando até que os fatos fiquem tão sufocantes que ela finalmente emita uma admissão." Outros estão furiosos com a agência por criticar o trabalho de cientistas que estudam as manchas de petróleo em vez de liderá-los.

"O fato de ela não ter navios ali e começado a coletar dados científicos sobre o petróleo e os impactos em diferentes organismos é indesculpável", diz um ex-biólogo marinho do governo. "A agência devia estar em cima disso." A agência finalmente enviou seu próprio navio de pesquisa para investigar as manchas apenas seis semanas depois do desastre.

A incapacidade de o governo Obama em ser duro com a BP – e lidar com a crise com toda a força do governo federal – provavelmente assombrará a Costa do Golfo por décadas. Petróleo continua aparecendo no litoral dos Estados de Louisiana, Alabama, Mississippi e Flórida. Bandos de pelicanos estão imundos, seus ninhos e ovos banhados em petróleo. As áreas de pesca da região – algumas das mais ricas do mundo – estão ameaçadas; barcos de pesca de peixes e camarões foram barrados de mais de um terço das águas do Golfo, que pode nunca se recuperar do caldo tóxico de petróleo cru e dispersores químicos que agora estão em suas profundidades. As praias da região estão vazias e as cidades turísticas estão morrendo. Funcionários do governo agora admitem que o



MISSÃO CUMPRIDA
Obama e Joe Biden revelam
seus planos para expandir a
extração de petróleo fora das
praias no dia 31 de março - três
semanas antes do desastre da BP

OBAMA DEIXOU TANTOS REGULADORES PRÓ-INDÚSTRIA NO CARGO QUE SEU GOVERNO É CHAMADO DE "O TERCEIRO MANDATO DE BUSH"

petróleo pode continuar vazando no Golfo até agosto, quando os poços de alívio estiverem finalmente funcionando. O governo e a BP têm motivos para menosprezar a extensão do derrame. Para a BP, o motivo é financeiro: sob a Lei da Água Limpa, a empresa pode dever multas de até US\$ 4.300 por cada barril derramado, além de royalties para o petróleo que está desperdiçando. Para o governo Obama, o desastre ameaça acabar com o plano do presidente de expandir as perfurações em alto-mar. "Está muito claro qual deve ser a resposta federal à tragédia", disse o senador Frank Lautenberg, presidente do subcomitê do Senado sobre saúde ambiental. "Acabar com a busca a perfurações perigosas em alto-mar."

SÓ QUE O GOVERNO JÁ DEIXOU CLARO QUE NÃO tem intenção de reverter seu plano de expansão de perfurações em alto-mar. Quatro semanas depois do desastre da BP, quando Salazar foi interrogado em uma audiência no Senado sobre o futuro do plano do presidente, defendeu o desejo do setor de perfurar a qualquer custo. "Não é verdade", perguntou o senador Lamar Alexander, republicano

do Tennessee, "que por mais terrível que a tragédia seja, que, a não ser que queiramos gasolina por US\$ 14, US\$ 16, US\$ 18, US\$ 20 o galão, não é realista pensar em termos de parar de procurar petróleo no Golfo?" Inflexível diante da catástrofe que ainda acontecia diante de seus olhos, Salazar concordou enfaticamente, testemunhando que o presidente o havia orientado para "seguir em frente" com as perfurações em alto-mar. Isso pode ajudar a explicar por que o governo se esforçou tão intensamente para conter a crise política do vazamento. Em 14 de maio, dois dias depois da divulgação do primeiro vídeo do derrame, o governo permitiu que a BP utilizasse um dispersador tóxico banido na Inglaterra na fonte do vazamento - uma prática inédita em mar profundo. "O esforço deveria estar na recuperação do petróleo, não em dificultar sua recuperação ao dispersá-lo", diz Sylvia Earle, famosa oceanógrafa e ex-cientista-chefe da NOAA que ajudou a agência a confrontar o pior vazamento do mundo, no Golfo Pérsico, depois da primeira Guerra do Iraque. O ataque químico pareceu voltado, afirma, "para melhorar a aparência do problema em vez de resolvê-lo".

Críticos dos planos de perfuração do governo temem que a decisão de Obama de adiar a perfuração no Ártico e nomear uma comissão para investigar o derrame da BP ainda seja meramente tática, voltada para acabar com a raiva pública sobre o desastre. "A forma como a assessoria de comunicação [do governo] está lidando com a situação é para que, quando o vazamento for contido, as pessoas declarem vitória", diz o congressista Grijalva. O presidente Obama pressionou para expandir as perfurações em alto-mar, em parte, para ganhar votos para a legislação climática, que continua emperrada no Senado. O cálculo político é compreensível - o risco de um vazamento de petróleo contra a ainda maior ameaça do aquecimento global - mas, no final, ele pode ter tido sucesso apenas na sobreposição de uma catástrofe ambiental à outra. Mesmo se a lei sobre o clima for aprovada, o desastre no Golfo servirá como um lembrete duradouro e terrível do preço pago pelo vício no petróleo. "Foi uma negociação com o diabo", afirma Steiner, cientista marinho que ajudou a liderar a reação ao desastre do Valdez. "E agora o diabo está muito feliz." **©**